



***Cuidar O Futuro: Direitos e Deveres***  
**Maria de Lourdes Pintasilgo**

**3 de Março de 2004**

Eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo: Na sequência da simpática apresentação deste painel, feita pelo Dr. Mário Soares, permitam-me também recordar a minha perspectiva de alguns episódios da revolução.

No 11 de Março de 1975, estava o Conselho de Ministros reunido para iniciar uma sessão de trabalho, quando entra na sala o Dr. Sousa Lobo, Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. Fechando as portadas das janelas, o Dr. Sousa Lobo avisa-nos da mensagem que recebera do ministro Salgado Zenha: «Passa-se qualquer coisa muito séria!». Ao recebermos a notícia, decidimos suspender a reunião. Dirigimo-nos para o Palácio das Necessidades, ao encontro do Dr. Soares, no único carro disponível àquela hora e que pertencia ao Dr. Rui Vilar. Depois de nos reunirmos com o Dr. Soares, alguém comentou que talvez fosse necessário passarmos à clandestinidade. Aguardei com expectativa a definição de clandestinidade dada por aqueles homens que me rodeavam. Foi então que ouvi o Dr. Soares sugerir: «Vamos para casa do Tito de Morais». O mito da clandestinidade desmoronou-se para mim, naquele momento.

Muitos anos mais tarde, após as presidenciais de 1986 e durante a minha passagem pelo Parlamento Europeu, muitos socialistas perguntaram-me porque é que eu havia estado contra o Dr. Mário Soares. Respondi sempre que a esquerda ou é plural ou não é esquerda, bastava de esquerdas monolíticas.

Dr. Mário Soares (interrompendo a oradora): Se me permite dizer, não foi a Maria de Lourdes que esteve contra mim. Foi eu que estive contra si, porque foi a Senhora Engenheira que começou muito mais cedo. Há que repor a verdade histórica.

Eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo: Aprendi várias coisas nesses anos... Nas vésperas das presidenciais de 1986, pedi uma audiência a um grande politólogo francês e amigo do Dr. Mário Soares, Maurice Duvergé. Pretendia que Duvergé avaliasse a minha posição no ranking dos candidatos presidenciais. No final do encontro, respondeu-me: «Como sabe, sou muito amigo do Dr. Soares, mas tenho a impressão de que a Senhora Engenheira não deve desistir da sua candidatura». Eu devia ter dado outra importância a estas palavras, depois de ver a pintura da oferta da cabeça de S. João Baptista no seu escritório.

O embaixador Palouro das Neves, aqui presente, também me transmitiu à pouco tempo uma noção muito interessante. Dizia-me que, na sua passagem pelo V Governo Constitucional, como meu assessor, tivera tempo para observar o modo como funcionava o poder. Quando formei Governo, recebi o presidente da OLP, Yasser Arafat, num clima de controvérsia. À chegada a S. Bento, Yasser Arafat perturbou os seguranças porque levava consigo a sua inseparável



pistola. Gerou-se alguma atrapalhão, até que o embaixador Palouro foi peremptório: «As regras não se podem infringir, muito menos no exercício de funções diplomáticas!». Ao ouvir este enunciado, Arafat condescendeu em deixar a pistola, embora não se tivesse separado de outros objectos, designadamente um terço e uma figura de mulher talhada em madeira de oliveira.

O meu caro amigo, coronel Vitor Alves, deu a esta conferência o título de «Cuidar do Futuro». Eu prefiro acrescentar: «Cuidar o Futuro: Direitos e Deveres». Porquê falar em "cuidar o futuro"? A expressão enuncia já uma mudança de paradigma. São as mudanças de paradigma que contam neste momento da História. Qual é o paradigma do tempo presente? Até há alguns anos, vivemos todos no paradigma de prever. Havia a convicção de que a História seguia um caminho linear e permanente. Simplesmente, com a queda do comunismo e com o crescimento exponencial dos Estados Unidos, tornou-se evidente que essa convicção deixara de ser sustentável. O Estado deixou de ser a entidade capaz de responder a todos os problemas dos homens do nosso tempo. Perante o desaparecimento do paradigma do prever, ficámos à procura de um novo paradigma.

O novo paradigma emergente não se esgota num só tema e corresponde a um novo tipo de englobante, isto é, qualquer coisa que se pode repercutir a vários níveis. Esta realidade exige um trabalho e um estudo a longo prazo. O longo prazo entendido não como a extrapolação do presente, mas sim a invenção de cenários possíveis e, eventualmente, o cruzamento de vários dados nesses cenários.

A título de exemplo, acrescento que estive a reler um livro escrito nos anos 80 por Garaudy sobre o governo e as mulheres na Europa<sup>1</sup>. O autor descreve abundantemente o governo a que presidi e faz a descrição da sessão de trabalho em que pretendemos resolver o problema dos incêndios em Portugal. Ora, o que foi feito naquela época era o que deveria ter sido realizado no ano passado pelo actual Executivo. A interrogação que o longo prazo coloca é a de reflectir sobre as consequências e o seguimento do curto prazo e as rupturas que trás consigo.

Quando falo na emergência de um novo paradigma, falo em "cuidar o futuro". Há várias raízes do verbo *cuidar* que, pode dizer-se, substituem as ideologias. O cuidado aparece de uma forma muito imediata como característica das profissões médicas e paramédicas. É aí que nasce, no nosso tempo, toda esta ideia de *cuidar*. O *cuidar* é também olhar as coisas com atenção. Durante a II Guerra Mundial, morreu Simone Weil, uma mulher notável, judia, formada em Filosofia, que foi trabalhar como operária numa fábrica de indústria pesada. Entre os livros maravilhosos que escreveu, conta-se um que fez a delícia da minha geração *La Pesanteur et la Grâce*. Nesse livro, Simone Weil descreve que não há e não pode haver cuidados com os outros, que não seja uma atenção para com eles. A mesma atenção que evoca Sophia de Melo Breyner Andresen quando diz: «Ia e vinha/ E a cada coisa perguntava que nome tinha». A atenção é o contrário da indiferença, que representa o aniquilamento da própria humanidade. Fernando Pessoa diz belíssimamente a atenção: «Vale mais a

<sup>1</sup> GARAUDY, Roger, *Pour l'avènement de la femme*, Paris, Éditions Albin Michel, 1981.





pena ver uma coisa sempre pela primeira vez do que conhecê-la/ Porque conhecer é como nunca ter visto pela primeira vez/ E nunca ter visto pela primeira vez é só ter ouvido pela metade».

O *cuidar* hoje é uma característica filosófica, que podemos justapor à justiça. Heidegger afirmou que uma das duas componentes do *ser* é justamente o *cuidar*. Na mesma linha de pensamento encontramos Paul Ricoeur, Michel Foucault, e dois discípulos de Heidegger que depois se emanciparam, Hans Jonas e Hannah Arendt.

O *cuidar*, para além de categoria filosófica, tem também uma contribuição muito grande das mulheres. A principal contribuição partiu de Carol Lilian, professora em Havard, assistente do professor Colberg. Colberg era um especialista no desenvolvimento moral do indivíduo e tinha feito a sua investigação a partir dos estudantes de Yale. Lilian, por sua vez, optou por estudar mulheres entre os 16 e os 50 anos, com várias profissões (desde empregadas domésticas até docentes universitárias). Carol Lilian estudou a forma como se colocava o problema do aborto para aquelas mulheres e verificou que muitas se questionavam: «Faço ou não aborto? Sou ou não capaz de ser responsável por este novo ser?». A investigação de Lilian gerou, então, uma grande discussão internacional sobre a questão: vai a responsabilidade para além da justiça?

Os novos paradigmas levam-nos a quê? A equacionar os problemas de outra maneira, a formular novas políticas públicas e a reflectir sobre a própria noção de direitos humanos, a que eu chamo *direitos e deveres*. A minha pergunta é esta: será que tudo está dito no plano do Direito? Não estaremos nós num período de transição, justamente nesse anúncio de um novo paradigma?

Ao longo do século XX, os direitos humanos foram aplicados a um número cada vez maior de domínios: ambiente, trabalho, consumo, privacidade, entre outros. Este alargamento, recém chamado de primeira, segunda, terça, quarta geração, abriu perspectivas que apontavam para uma mudança de paradigma. À medida que ia sendo elaborada, esta problemática conduziu a denunciar o pressuposto, existente desde as grandes revoluções, de que estávamos perante direitos universais. Como? Os direitos ditos universais aplicavam-se unicamente ao homem de raça branca, de sexo masculino, na pujança da vida adulta, possuidor de condições económicas que lhe permitiam ter o pão e a saúde, o trabalho e a educação. A liberdade de movimentos e a escolha do seu modo de vida. Esta é uma noção abstracta de direitos!

Na mesma linha, tornou-se claro que os direitos dizem respeito não só à pessoa humana na sua singularidade, mas também na sua inalienável pertença à multiplicidade das instituições e a grupos que formam o corpo social. Esta multiplicidade trouxe a ruptura mais forte com o modelo de direitos existentes até então. Outro factor contribuiu para esse esboroamento: só em 1993, na Conferência Mundial dos Direitos das Mulheres, foram reconhecidos enquanto direitos humanos os direitos das mulheres.

O problema da equação direitos/ deveres está ainda por resolver, embora a Constituição de alguns países, como Portugal e a Suécia, se lhes refira. Essa dignidade jurídica, já tive ocasião de o dizer na Assembleia da República, não tem tido tradução adequada e inovadora. Desde 1987, que eu, o Dr. Mário Soares, o Chanceler Helmut Schmidt, temos estado envolvidos no trabalho da



conjugação dos direitos e deveres. Os deveres tiveram uma oposição dos EUA, das associações internacionais de jornalistas, da Amnistia Internacional e da Human Rights Watch. O argumento é este: a referência aos deveres diminui a realização dos direitos. Isto coloca todo o problema da liberdade de expressão. Até agora não conseguimos que os deveres mereçam ser consagrados pela Assembleia Geral das Nações Unidas num documento complementar da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Recordo que este novo paradigma teve já expressão em Inglaterra, no cardeal Newman, um homem do final do século XIX e inícios do século XX, que dizia: «A consciência tem direitos porque tem deveres». Hans Jonas, que citei há pouco, defendendo o princípio da responsabilidade diz: «É porque vimos todos de uma ligação uns aos outros, que não podemos viver uns com os outros e clamar pelos nossos próprios direitos». Há que ir buscar ao pensamento contemporâneo linhas de força que tornam capaz de enriquecer o que entendíamos como direitos.

É essencial tirar todas as consequências da verificação de que a dignidade humana fundamenta os seres humanos. Isto para mim é absolutamente vital, não só enquanto sede de direitos, mas enquanto sede de vulnerabilidades. Os direitos dizem respeito a toda a humanidade, quer na rejeição activa da exploração dos povos uns pelos outros, quer ainda na discriminação positiva, conduzindo a que a pluralidade se torne cimento com que se constrói a sociedade. É certo que a globalização conduz a uma visão de direitos e vulnerabilidades que estão ainda longe de serem reconhecidos. As pessoas falam da globalização porque falam em termos meramente económicos e financeiros. Interessaria que falassem numa perspectiva muito mais ampla. Surge assim uma nova experiência e exigência imposta à comunidade internacional.

## Fundação Cuidar o Futuro

Hoje os direitos têm que exprimir-se a favor de pessoas concretas que habitam o planeta. Neste contexto, os direitos não poderão ser formulados sem que sejam acopladas as responsabilidades ou os deveres que lhes são inerentes. Só com este esforço, com novos objectivos, novos agentes e novos mecanismos, as pessoas poderão ser mobilizadas.

Muito obrigada!

